

Carta nº 206/2012

Brasília, 10 de julho de 2012.

À
Excelentíssima Senhora
DILMA VANA ROUSSEFF
Digníssima Presidenta da
República Federativa do Brasil
Brasília - DF

Senhora Presidenta,

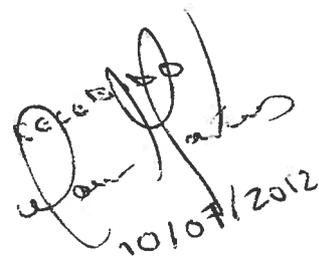
Como é de amplo conhecimento da sociedade brasileira, os professores das Instituições Federais de Ensino (IFE) estão em greve desde o dia 17 de maio de 2012. Ao movimento docente, somam-se o de servidores técnico-administrativos e o de estudantes. São 92 IFE em greve, alcançando o patamar de 95 por cento de adesão da categoria docente, à luta pela educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada.

Nossas reivindicações são concisas e objetivas, tendo como referência a Pauta da Campanha 2012 aprovada no 31º Congresso do ANDES-SN já protocolada no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), desde o mês de fevereiro, e estão centradas na: a) reestruturação da carreira docente, prevista no Acordo 04/2011 descumprido pelo governo federal, com valorização do piso e incorporação das gratificações e b) valorização e melhoria das condições de trabalho docente nas IFES.

É importante frisar que essa pauta nasce da insatisfação da categoria docente diante da desestruturação da carreira, de salários defasados – dentre os mais baixos do funcionalismo público federal, comparando-se formação equivalente – e da precarização das condições de trabalho, que se dá tanto pela falta de pessoal docente e técnico administrativo quanto pela insuficiência da infraestrutura física. Isso inviabiliza concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista no artigo 207 da Constituição Federal.

Essa situação se agrava com a expansão do sistema federal de ensino, a partir de 2008, pelo programa Reuni. Ressaltamos que é bandeira histórica do movimento docente a expansão da oferta de vagas nos sistemas de ensino público, mas que a mesma seja feita em conjunto com a expansão adequada do quadro de pessoal e do financiamento público para garantir a qualidade das condições de oferta, respeitado o princípio da autonomia universitária.

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.


10/07/2012

Considerando que Vossa Excelência, em seu discurso de posse na Presidência da República, ressaltou que “Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.”, e que “...só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens.”, não aceitamos o silêncio por parte do MEC e do MPOG, após quase dois meses de deflagração da greve, ao não apresentarem propostas às nossas reivindicações e concretizar efetivamente a negociação.

Ponderando sobre a gravidade dessa conjuntura, vimos respeitosamente requerer a Vossa Excelência que intervenha junto à esfera competente de vosso governo para que dê resposta a nossa pauta de reivindicação e concretize a negociação.

Respeitosamente,



Professora Marinalva Silva Oliveira
Presidente